1 **ATA DA TRIGÉSIMA PRIMEIRA REUNIÃO ORDINÁRIA DO**
2 **CONSELHO MUNICIPAL DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE**
3 **(CODEMA), DO MUNICÍPIO DE RIO PARANAÍBA/MG**

4

5 Aos 12 (doze) dias do mês de agosto de 2021 (dois mil e vinte e um), às 14h45
6 (quatorze horas e quarenta e cinco minutos), de forma remota através do
7 serviço de comunicação por vídeo Microsoft Teams, iniciou-se a Trigésima
8 Primeira Reunião Ordinária do ano de dois mil e vinte e um, do Conselho
9 Municipal de Defesa do Meio Ambiente “CODEMA”, com a presença dos
10 conselheiros: Alexandre Igor da Silva Resende, Alisson Resende Macedo,
11 Edson Rocha Freitas, José dos Reis Oliveira, Júlio Fernandes, Lirislaine
12 Boaventura de Melo, Marcelo Ribeiro Pereira e Valter Nísio Andrade Júnior. Por
13 motivos particulares, o presidente Marco Antonio da Silva Pinto e o vice-
14 presidente Fernando Riccelli da Silva não puderam comparecer à reunião,
15 sendo que o presidente designou formalmente através de ofício o conselheiro
16 Alexandre Igor da Silva Resende para presidir a reunião. O conselheiro
17 Alexandre iniciou a reunião agradecendo a todos pela presença e,
18 posteriormente, colocou em pauta o exame e a aprovação da ata da 29ª
19 Reunião Extraordinária de 08 de Julho de 2021 e da ata da 30ª Reunião
20 Ordinária de 15 de Julho de 2021, sendo ambas aprovadas por unanimidade.
21 **LICENCIAMENTO AMBIENTAL:** Os processos apresentados a seguir tratam-
22 se de processos administrativos para fins de licenças ambientais. A
23 classificação dos empreendimentos, segundo o porte e o potencial poluidor e a
24 modalidade dos licenciamentos, foram analisados de acordo com a Deliberação
25 Normativa do Copam Nº 213/2017. **PROCESSO Nº RP 097/2020 – FAZENDA**
26 **ARCOS, MATRÍCULA Nº 12.419 – JOANITA VALE DE AGUIAR**, inscrito no
27 CPF sob o nº 756.020.166-00. O empreendimento em questão refere-se às
28 atividades de Horticultura (floricultura, olericultura, fruticultura anual,
29 viveiricultura e cultura de ervas medicinais e aromáticas), Código G-01-01-5,
30 em uma área útil de 79,0 hectares, Classe 02; Culturas anuais, semiperenes e
31 perenes, silvicultura e cultivos agrossilvipastoris, exceto horticultura, Código G-
32 01-03-1, em uma área útil de 199,0 hectares; e Criação de bovinos, bubalinos,
33 equinos, muares, ovinos e caprinos, em regime extensivo, Código G-02-07-0,
34 em uma área de pastagem de 193,7 hectares, dispensáveis de licenciamento
35 ambiental, desenvolvidas no empreendimento Fazenda Arcos, Matrícula nº
36 12.419, situado no Município de Rio Paranaíba/MG, nas coordenadas
37 19°10'51,5" de latitude Sul e 46°17'05,16" de longitude Oeste. A propriedade
38 possui uma área total de 637,80,70 hectares, conforme Cadastro Ambiental
39 Rural – CAR. Pelo exposto, em consonância com a Constituição Federal de
40 1.988, Lei Complementar nº 140/2011 e Deliberação Normativa COPAM nº
41 213/2017, a equipe interdisciplinar do CISPARE opinou pelo deferimento do
42 processo, pois foram apresentados todos os documentos e informações
43 complementares solicitados, com encaminhamento ao Conselho Municipal de

44 Defesa do Meio Ambiente - CODEMA, para deliberação. Desta forma, o
45 conselheiro Alexandre apresentou aos conselheiros presentes as
46 condicionantes propostas pela equipe interdisciplinar do CISPAP. Logo após,
47 os conselheiros estabeleceram as seguintes condicionantes: 1. Manter o
48 Cadastro Técnico Federal atualizado, sendo o prazo contínuo, após a
49 concessão da licença ambiental. 2. Apresentar documento(s) que comprove(m)
50 a(s) medida(s) adotada(s) no Programa de Regularização Ambiental - PRA,
51 para as áreas de Reserva Legal e de Preservação Permanente, sendo o prazo
52 até 30 (trinta) dias a contar da emissão da licença ambiental. 3. Apresentar
53 Relatório Técnico detalhado de todos os pontos de captação de recurso hídrico,
54 com as respectivas coordenadas geográficas, comprovando especialmente se
55 estão devidamente preservadas, sendo o prazo até 30 (trinta) dias a contar da
56 emissão da licença ambiental. 4. Realizar manutenção e limpeza da fossa
57 séptica e do biodigestor de forma a garantir o seu perfeito funcionamento,
58 mantendo arquivada a documentação comprobatória, sendo o prazo durante a
59 vigência da licença ambiental. 5. Apresentar as análises físico-químicas do
60 efluente sanitário de entrada e saída do biodigestor instalado no
61 empreendimento. Parâmetros: pH, DBO (mg/L), DQO (mg/L), óleos e graxas
62 (mg/L), sólidos suspensos totais (mg/L) e sólidos sedimentáveis (ml/L), sendo o
63 prazo anual, a partir da data de instalação da estrutura. 6. Caso ocorra
64 abastecimento de combustíveis na propriedade, instalar ponto de
65 abastecimento de acordo com as normas da ABNT NBR 17505:2015,
66 atentando para estruturas e equipamentos necessários para a mitigação e
67 prevenção de impactos, sendo o prazo durante a vigência da licença ambiental.
68 7. Apresentar relatório fotográfico informando sobre a instalação do ponto de
69 abastecimento, conforme mencionado na condicionante anterior, sendo o prazo
70 até 30 (trinta) dias contados a partir do início do funcionamento do ponto de
71 abastecimento. 8. Caso ocorra manutenção de equipamentos na propriedade
72 ou limpeza de caixa separadora de água e óleo (CSAO), manter arquivados
73 todos os documentos comprobatórios de destinação de óleo usado ou
74 contaminado, sendo o prazo durante a vigência da licença ambiental. 9. Caso
75 sejam construídas ou instaladas caixas separadoras de água e óleo (CSAO) na
76 propriedade, apresentar as análises físico-químicas dos efluentes gerados na
77 entrada e saída da caixa separadora de água e óleo, referente aos parâmetros
78 DBO (mg/L), DQO (mg/L), Fósforo total (mg/L), Nitrato (mg/L), Nitrogênio
79 amoniacal total (mg/L), Óleos e graxas (mg/L), pH e Substâncias tensoativas
80 (mg/L), sendo o prazo anual, a partir da concessão da licença ambiental. 10.
81 Instalar/construir local para armazenamento de defensivos agrícolas
82 (agrotóxicos) de acordo com as normas da ABNT NBR 9843-3:2019, atentando
83 para a tríplice lavagem das embalagens utilizadas, a qual deve ser realizada de
84 acordo com a ABNT NBR 13968:1997, sendo o prazo até 90 (noventa) dias
85 contados a partir da concessão da licença ambiental. 11. Apresentar relatório
86 fotográfico informando sobre a instalação/construção do local de
87 armazenamento de defensivos agrícolas (agrotóxicos), conforme mencionado
88 na condicionante anterior, sendo o prazo até 30 (trinta) dias contados a partir
89 do início do armazenamento de defensivos agrícolas (agrotóxicos) na

90 propriedade. 12. Instalar/construir local com piso impermeabilizado para
91 realização do abastecimento de máquinas, a preparação da calda e/ou mistura
92 para pulverização de defensivos agrícolas (agrotóxicos). Este piso deve conter
93 canaletas em todas as suas laterais para condução de líquidos para uma caixa
94 de decantação, sendo o prazo até 90 (noventa) dias contados a partir da
95 concessão da licença ambiental. 13. Apresentar relatório fotográfico do local e
96 estruturas destinadas ao abastecimento de equipamentos, a preparação da
97 calda e/ou mistura para pulverização de defensivos agrícolas (agrotóxicos),
98 sendo o prazo até 30 (trinta) dias contados a partir da instalação/construção do
99 local. 14. Manter arquivo com notas fiscais de compra de defensivos agrícolas
100 (agrotóxicos) utilizados no empreendimento, bem como documentação que
101 comprove a entrega das embalagens vazias no ponto de recebimento, sendo o
102 prazo durante a vigência da licença ambiental. 15. Apresentar à Prefeitura
103 Municipal um ofício com os dados da inscrição estadual na qual será registrada
104 a entrega de defensivos agrícolas (agrotóxicos) e resíduos sólidos inorgânicos
105 gerados na atividade desenvolvida por arrendatário(s), sendo o prazo até 30
106 (trinta) dias contados a partir da concessão da licença ambiental. 16. Manter
107 arquivo com documentação que comprove a destinação final e/ou logística
108 reversa dos resíduos sólidos inorgânicos (sacarias, “bags”, pneus, embalagens
109 de adubos, lonas, papelão, plásticos, dentre outros). Caso não haja nenhuma
110 destinação implementada é recomendável a destinação para alguma
111 associação de catadores/recicladores ou a contratação de uma empresa que
112 faça a destinação final ambientalmente adequada, sendo o prazo durante a
113 vigência da licença ambiental. 17. Realizar o cercamento das porções de
114 Reserva Legal e Áreas de Proteção Permanente (APP) limítrofes à área de
115 pastagem, sendo o prazo até 30 (trinta) dias contados a partir da concessão da
116 licença ambiental. 18. Apresentar relatório fotográfico comprovando o
117 cercamento da Reserva Legal e Área de Proteção Permanente (APP),
118 conforme mencionado na condicionante anterior, sendo o prazo até 30 (trinta)
119 dias contados a partir do cercamento da Reserva Legal e Área de Proteção
120 Permanente (APP). 19. Realizar o monitoramento periódico das áreas de
121 Reserva Legal e de Preservação Permanente existentes no empreendimento,
122 sendo o prazo durante a vigência da licença ambiental. 20. Realizar a
123 manutenção dos veículos utilizados no empreendimento, visando minimizar
124 impactos ambientais decorrentes da emissão de particulados pela queima de
125 combustível, sendo o prazo durante a vigência da licença ambiental. Desta
126 forma, com as condicionantes e os respectivos prazos mencionados
127 anteriormente, o pedido de licença ambiental do Processo Nº RP 097/2020 foi
128 aprovado por maioria dos votos. **PROCESSO Nº RP 005/2021 – LOTE 70,**
129 **MATRÍCULA Nº 10.675 – COOPERATIVA AGROPECUÁRIA DO ALTO**
130 **PARANAÍBA,** inscrito no CNPJ sob o nº 86.675.642/0007-00. O
131 empreendimento em questão refere-se às atividades de Horticultura
132 (floricultura, olericultura, fruticultura anual, viveiricultura e cultura de ervas
133 medicinais aromáticas), Código G-01-01-5, em uma área de 100,00 hectares,
134 Classe 02; Culturas anuais, semiperenes e perenes, silvicultura e cultivos
135 agrossilpatoris, exeto horticultura, Código G-01-03-1, em uma área útil de

136 187,0 hectares, dispensável de licenciamento ambiental (Não Passível); e
137 Postos revendedores, postos ou pontos de abastecimento, instalações de
138 sistemas retalhistas, postos flutuantes de combustíveis e postos revendedores
139 de combustíveis de aviação, Código F-06-01-7, com capacidade de
140 armazenagem de 5,0 m³, dispensável de licenciamento ambiental (Não
141 Passível), desenvolvidas na Fazenda Lote 70, Matrícula nº 10.675,
142 coordenadas 19°16'00,99" de latitude Sul e 46°15'00,43" de longitude Oeste. A
143 propriedade possui uma área total de 269,25,00 hectares, conforme Cadastro
144 Ambiental Rural – CAR. Pelo exposto, em consonância com a Constituição
145 Federal de 1.988, Lei Complementar nº 140/2011, Lei Municipal nº 83/2018 e
146 Deliberação Normativa COPAM nº 213/2017, a equipe interdisciplinar do
147 CISPAM opinou pelo deferimento do processo, pois foram apresentados todos
148 os documentos e informações complementares solicitados, com o
149 encaminhamento ao Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente -
150 CODEMA, para deliberação. Desta forma, o conselheiro Alexandre apresentou
151 aos conselheiros presentes as condicionantes propostas pela equipe
152 interdisciplinar do CISPAM. Logo após, os conselheiros estabeleceram as
153 seguintes condicionantes: 1. Manter o Cadastro Técnico Federal atualizado,
154 sendo o prazo contínuo, após a concessão da licença ambiental. 2. Apresentar
155 original e cópia, para conferência, da publicação do periódico local, de grande
156 circulação, da concessão da licença ambiental, nos termos dos Artigos 30 e 31
157 da Deliberação Normativa COPAM 217/2017, sendo o prazo até 30 (trinta) dias,
158 após a concessão da licença ambiental. 3. Realizar manutenção e limpeza das
159 fossas sépticas de forma a garantir o seu perfeito funcionamento, mantendo
160 arquivada a documentação comprobatória, sendo o prazo durante a vigência da
161 licença ambiental. 4. Apresentar as análises físico-químicas do efluente
162 sanitário de entrada e saída das fossas sépticas instaladas no
163 empreendimento. Parâmetros: pH, DBO (mg/L), DQO (mg/L), óleos e graxas
164 (mg/L), sólidos suspensos totais (mg/L) e sólidos sedimentáveis (ml/L), sendo o
165 prazo anual, a partir da data de instalação da estrutura. 5. Manter a área ao
166 redor das fossas sépticas e caixas separadoras de água e óleo (CSAO) livres
167 de vegetação, de forma a evitar o acúmulo de matéria orgânica vegetal e
168 possíveis danos à estrutura, sendo o prazo durante a vigência da licença
169 ambiental. 6. Manter o ponto de abastecimento de acordo com as normas da
170 ABNT NBR 17505:2015, atentando para estruturas e equipamentos
171 necessários para a mitigação e prevenção de impactos, sendo o prazo durante
172 a vigência da licença ambiental. 7. Manter a organização e boas condições
173 estruturais dos locais de armazenamento de embalagens novas e/ou utilizadas
174 de defensivos agrícolas (agrotóxicos), de acordo com as normas da ABNT NBR
175 9843-3:2019, atentando para a tríplice lavagem das embalagens utilizadas, a
176 qual deve ser realizada de acordo com a ABNT NBR 13968:1997, sendo o
177 prazo durante a vigência da licença ambiental. 8. Manter arquivo com notas
178 fiscais de compra de defensivos agrícolas (agrotóxicos) utilizados no
179 empreendimento, bem como documentação que comprove a entrega das
180 embalagens vazias no ponto de recebimento, sendo o prazo durante a vigência
181 da licença ambiental. 9. Apresentar as análises físico-químicas dos efluentes

182 gerados na entrada e saída das caixas separadoras de água e óleo instaladas
183 na propriedade. Parâmetros: DBO (mg/L), DQO (mg/L), Fósforo total (mg/L),
184 Nitrato (mg/L), Nitrogênio amoniacal total (mg/L), Óleos e graxas (mg/L), pH e
185 Substâncias tensoativas (mg/L), sendo o prazo anual, a partir da concessão da
186 licença ambiental. 10. Realizar a manutenção e limpeza da caixa separadora
187 de água e óleo (CSAO) de forma a garantir o seu perfeito funcionamento,
188 mantendo arquivados todos os documentos comprobatórios de destinação de
189 óleo usado ou contaminado, sendo o prazo durante a vigência da licença
190 ambiental. 11. Realizar o abastecimento de máquinas, a preparação da calda
191 e/ou mistura para pulverização de defensivos agrícolas (agrotóxicos)
192 exclusivamente na pista impermeabilizada para este fim, mantendo as boas
193 condições de funcionamento da caixa de decantação, sendo o prazo durante a
194 vigência da licença ambiental. 12. Manter arquivo com documentação que
195 comprove a destinação final e/ou logística reversa dos resíduos sólidos
196 inorgânicos (sacarias, "bags", pneus, embalagens de adubos, lonas, papelão,
197 plásticos, dentre outros). Caso não haja nenhuma destinação implementada é
198 recomendável a destinação para alguma associação de catadores/recicladores
199 ou a contratação de uma empresa que faça a destinação final ambientalmente
200 adequada, sendo o prazo durante a vigência da licença ambiental. 13. Realizar
201 o monitoramento periódico das áreas de Reserva Legal e de Preservação
202 Permanente existentes no empreendimento, sendo o prazo durante a vigência
203 da licença ambiental. 14. Realizar a manutenção dos veículos utilizados no
204 empreendimento, visando minimizar impactos ambientais decorrentes da
205 emissão de particulados pela queima de combustível, sendo o prazo durante a
206 vigência da licença ambiental. 15. Caso ocorra o uso e funcionamento do
207 secador presente na área do empreendimento, o empreendedor deve informar
208 à Prefeitura Municipal de Rio Paranaíba e manter arquivadas notas fiscais
209 referentes à aquisição do material combustível utilizado como fonte de calor,
210 sendo o prazo durante a vigência da licença ambiental. Desta forma, com as
211 condicionantes e os respectivos prazos mencionados anteriormente, o pedido
212 de licença ambiental do Processo Nº RP 005/2021 foi aprovado por maioria dos
213 votos. **PROCESSO Nº RP 025/2021 – FAZENDA OLHOS D'ÁGUA E**
214 **CAETÉS, MATRÍCULA Nº 4.167 – JOSÉ ANTÔNIO DA SILVA - ME**, inscrito
215 no CNPJ sob o nº 18.758.031/0001-71. O empreendimento em questão refere-
216 se à atividade de Extração de areia e cascalho para utilização imediata na
217 construção civil, Código A-03-01-8, com uma produção bruta de 12,0 m³/ano,
218 de Classe 2, desenvolvidas no empreendimento Fazenda Olhos D'água e
219 Caetés, Matrícula nº 4.167, situado no Município de Rio Paranaíba/MG, nas
220 coordenadas 19°14'15,28" de latitude Sul e 46°13'00,64" de longitude Oeste. A
221 propriedade possui uma área total de 7,53,00 hectares, conforme Cadastro
222 Ambiental Rural – CAR. Pelo exposto, em consonância com a Constituição
223 Federal de 1.988, Lei Complementar nº 140/2011, Lei Municipal nº 83/2018 e
224 Deliberação Normativa COPAM nº 213/2017, a equipe interdisciplinar do
225 CISPAM opinou pelo deferimento do processo, pois foram apresentados todos
226 os documentos e informações complementares solicitados, com o
227 encaminhamento ao Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente -

228 CODEMA, para deliberação. Desta forma, o conselheiro Alexandre apresentou
229 aos conselheiros presentes as condicionantes propostas pela equipe
230 interdisciplinar do CISPAP. Logo após, os conselheiros estabeleceram as
231 seguintes condicionantes: 1. Realizar a instalação de fossa séptica ou
232 biodigestor para o tratamento dos efluentes líquidos sanitários no
233 empreendimento, sendo o prazo até 90 (noventa) dias a contar da emissão da
234 licença ambiental. 2. Apresentar relatório técnico fotográfico e nota fiscal
235 comprovando a instalação da fossa séptica ou biodigestor para o tratamento
236 dos efluentes líquidos sanitários no empreendimento, sendo o prazo até 30
237 (trinta) dias após a instalação. 3. Manter o Cadastro Técnico Federal
238 atualizado, sendo o prazo contínuo, após a concessão da licença ambiental. 4.
239 Apresentar comprovante de Mudança de Regime de Autorização de Pesquisa
240 Mineral para Licenciamento Mineral emitida pela Agência Nacional de
241 Mineração, conforme Portaria DNPM 155/2016, sendo que a fase de operação
242 está condicionada à entrega do certificado, sendo o prazo até 90 (noventa) dias
243 após a emissão da Licença Ambiental. 5. Manter as Áreas de Reserva Legal e
244 Áreas de Preservação Permanente (APP) devidamente preservadas, sendo o
245 prazo contínuo, após a concessão da licença ambiental. 6. Apresentar Notas
246 Fiscais da destinação final das embalagens de óleo e graxa, bem como das
247 notas fiscais de compra, sendo o prazo anual, a contar da emissão da licença. 7.
248 Apresentar Plano de Recuperação de Área Degradada - PRAD, com cronograma
249 de execução, sendo o prazo até 90 (noventa) dias a contar da emissão da
250 licença ambiental. 8. Apresentar Plano de Gerenciamento de Resíduos,
251 regulamentado pela Lei Federal 12.305, de 02 de Agosto 2010 que “Institui a
252 Política Nacional de Resíduos Sólidos, caso haja quantidade de resíduos
253 dispersos pelo empreendimento que possam gerar contaminação do solo e
254 água, sendo o prazo até 90 (noventa) dias a contar da emissão da licença. 9.
255 Executar a manutenção e revisão das máquinas e equipamentos motores como
256 garantia de controle de emissão de particulados e redução da poluição
257 atmosférica, sendo o prazo contínuo, após a concessão da licença ambiental.
258 10. Caso ocorra manutenção de equipamentos na propriedade ou limpeza de
259 caixa separadora de água e óleo (CSAO), manter arquivados todos os
260 documentos comprobatórios de destinação de óleo usado ou contaminado,
261 sendo o prazo contínuo, após a concessão da licença ambiental. Desta forma,
262 com as condicionantes e os respectivos prazos mencionados anteriormente, o
263 pedido de licença ambiental do Processo Nº RP 025/2021 foi aprovado por
264 unanimidade. **ENCERRAMENTO:** Desta forma, finalizado todos os assuntos
265 pertinentes colocados em pauta, e nada mais havendo, o conselheiro
266 Alexandre encerrou às 17h40 (dezessete horas e quarenta minutos) esta
267 reunião; e eu, Alexandre Igor da Silva Resende, lavrei a presente Ata, que vai
268 por mim assinada, bem como pelos demais membros.